



GT – 16: Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica”

O ESPAÇO CONTRADITÓRIO E SEUS FUNDAMENTOS:

bases para a investigação da transição capitalista na metrópole

Gabriel Souza Alves¹
PPGH/USP
gabrielsouzaalves@usp.br

RESUMO:

O trabalho a seguir se origina da preocupação em compreender adequadamente os processos socioespaciais a serem apreendidos pela investigação progressivo-regressiva no cerne da metrópole. Para isso, recorreu-se à sistematização dos fundamentos da produção e circulação do capital a partir da contradição que funda esta forma de sociedade, assim como dos conteúdos que permeiam o espaço como intermediação e reprodução das relações sociais. Por fim, a metrópole aparece como expressão e cerne de novos da abstração capitalista, podendo ser foco de investigações potentes para se entender as novas determinações do urbano, correlacionando reprodução social e fragmentação do espaço.

Palavras-chave: metrópole, espaço contraditório, transição capitalista, investigação progressivo-regressiva.

1. INTRODUÇÃO

Para que seja possível uma análise criteriosa das novas determinações espaciais presentes na metrópole, faz-se necessário um olhar para os processos sociais que o

¹ Doutorando do Programa de Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação da Profs.^{as} Dr.^{as} Ana Fani Alessandri Carlos. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2022/10366-1. Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

fundamentam e que servem de comparativo para se afirmar as diferenças. Os novos empreendimentos imobiliários que se distribuem na paisagem, em diferentes eixos e segmentos da urbanização, não são resultado do capricho ou do desejo de seus proprietários, mas do caráter comum das estratégias que se integram à uma mesma lógica: acumulação de capital mediante a produção do espaço.

Para além de produzir novas paisagens urbanizadas, quais são realmente os novos conteúdos? Ainda que haja correlações entre forma e conteúdo, uma investigação rigorosa requer que se verifique as determinações presente no movimento da sociedade em seu momento de produção do espaço. O espaço social se reproduz com continuidades e descontinuidades, que podem ser reconhecidos no movimento de regressão-progressão da investigação dialética. Primeiro, “cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê” (Martins, 1996, p. 21). A seguir, a realidade é analiticamente decomposta e o que “parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto como remanescente de época específica” (Martins, 1996, p. 21). No terceiro momento,

[...] deve o pesquisador procurar o reencontro do presente, “mas elucidado, compreendido, explicado”. A volta à superfície fenomênica da realidade social elucida o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido (Martins, 1996, p. 22).

O *olhar informado* desta pesquisa se encontra fundamentada, em termos teóricos e metodológicos, pela leitura de dois autores clássicos que marcam a compreensão o pensamento crítico acerca da sociedade capitalista: Karl Marx (1818-1883) e Henri Lefebvre (1901-1991). Entretanto, por mais que o primeiro autor tenha desvendado a essência do capital e o segundo tenha descoberto o movimento da dialética no processo de produção do espaço, suas contribuições serão levadas somente na medida em que ajudam na compreensão dos processos sintetizados na produção do espaço metropolitano carioca.

De começo, é possível reconhecer uma metrópole ininterrupta, um fluxo de pessoas e objetos que se intercalam nos trânsitos, nos canteiros de obra, nos escritórios, escolas, hospitais e uma paisagem dominada por formas e signos que sustentam a expansão da sociedade capitalista em múltiplas sentidos e dimensões da vida humana. O cotidiano de grande parte da população segue sendo a sordidez da jornada trabalho e uma outra parcela busca maneiras de sobreviver à ausência de um salário. A urbanização resulta em espaços privados,

compartimentados, capazes de armazenar estoques de produtos e negar o acesso dos que não possuem condição de pagar por eles.

Na primeira parte deste artigo, empenhamo-nos em sistematizar aquilo que consideramos o núcleo definidor da forma societária chamada de capitalismo. Por meio da teoria do valor de Karl Marx, buscamos identificar a contradição da qual se origina as categorias da economia política e que fundamentam os movimentos de produção e circulação do capital. No segundo parte, relacionamos os conteúdos do ponto anterior com uma concepção do espaço enquanto intermediação social, dentro de uma perspectiva lefebvrea, examinando os momentos socioespaciais da circulação do capital e a subsunção da realidade concreta à abstração capitalista. Por fim, debruçamo-nos em como a fragmentação do espaço e o surgimento do urbano aparecem como expressão e desenvolvimento requalificado da contradição que funda a sociedade que se pretende investigar.

2. A SOCIEDADE DO CAPITAL E SUA CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL

É difícil, para o presente olhar de pesquisador, não relacionar as relações socioespaciais que regem a metrópole do Rio de Janeiro com os princípios que movem a perpetuação da acumulação do capital. De certo que estamos envoltos de grandes complexidades e mistificações próprias da prática cotidiana, não é a mesma concretude capitalista da época dos dois autores que sustentam a presente investigação. Contudo, sua contradição fundante parece seguir renovada, fomos transformados em objetos de uma engrenagem produzidos por nós mesmos e a metrópole é o espaço mais sofisticado desta tragédia capaz de inverter a relação entre sujeitos e objetos. Vejamos do que se trata a contradição nuclear dessa sociedade:

A separação da propriedade do trabalho aparecesse como lei necessária dessa troca entre capital e trabalho. O trabalho, posto como o não capital enquanto tal, é: *trabalho não objetivado*, [...] não *valor*, concebido *positivamente*, ou negatividade referida a si mesma, ele é a existência não objetivada, logo, não objetiva, i.e. [exemplo], a existência subjetiva do próprio trabalho. O trabalho não como objeto, mas como atividade; não como valor ele mesmo, mas como a *fonte viva* do valor. A riqueza universal, perante o capital, no qual ela existe de forma objetiva como realidade, como *possibilidade universal* do capital, possibilidade que se afirma enquanto tal na ação. Portanto, [...] é, por um lado, a *pobreza absoluta como objeto* e, por outro, a possibilidade universal da riqueza como sujeito e como atividade, ou melhor dizendo, essas suposições inteiramente contraditórias condicionam-se mutuamente e resultam da essência do trabalho, pois é pressuposto pelo capital como antítese, como existência antitética do capital e, de outro lado, por sua vez, pressupõem o capital (Marx, 2011, p. 229-30).

Ainda que seja a fonte de toda riqueza social, o trabalho só se realiza na medida que se coloca numa relação de negação dialética com o capital e entrega o valor integral das mercadorias produzidas em troca da forma salário. No outro polo da relação, o capital só pode se valorizar na medida em que encontra trabalho vivo disponível no mercado e o integra ao trabalho morto previamente objetivado na forma de meios de produção, já naturalizada como propriedade privada do capitalista. Assim, “[...] o capital se apresenta simultaneamente enquanto parte e enquanto totalidade de seu processo de constituição; a através deles o capital se opõe ao trabalho vivo, obrigando-o a produzir mais-valia [mais-valor], ‘sugando’ sua atividade, sua vitalidade” (Grespan, 2002, p. 40).

Por se tratar de uma relação de troca, pressupõe-se a existência de um mercado no qual esteja disponível realização de venda-compra de força de trabalho, a transformação do trabalho em potencial em mercadoria simples. Mercado este que não é natural, mas resultado de processos socioespaciais que provocam a separação² entre sujeitos detentores de trabalho em potencial e meios de produção necessários à elaboração da riqueza social (privados enquanto capital). Ainda que esta relação seja representada enquanto parte da lógica da troca de equivalentes, a prerrogativa desta relação contraditória se encontra exclusivamente nas mãos do capital, não do seu oposto, o trabalho.

Estamos diante de uma forma social contraditória, que inaugura uma totalidade social a partir da relação dialética entre capital e trabalho, mas de caráter unilateral (Grespan, 2002, p. 41). O capital é capaz de reduzir o trabalho à um momento seu, fazendo-o figurar como *capital variável*³, subordinando-o como se fosse algo igual a qualquer outro objeto sob sua propriedade dentro do processo produtivo. O contrário, por sua vez, não é possível, pois o trabalho não é capaz de reduzir o capital à um momento seu, restando-lhe somente a condição de *pobreza absoluta*⁴. Essa totalidade social capitalista, portanto, é um processo necessariamente em aberto, mas que busca a subsunção do trabalho ao capital, com a finalidade de reafirmar a unilateralidade da negação dialética.

¹ Marx (2013) aborda esse processo no capítulo 24 do Livro I.

³ Uma necessária diferenciação ocorre no interior do processo produtivo capitalista. De um lado, há os elementos que apenas transferem seu valor para as mercadorias finais e que, por não interferirem na grandeza do valor final, são designados de capital constante. Do outro, há o elemento produtivo capaz de alterar a grandeza do valor e gerar excedente, o capital variável. Ainda que sua remuneração seja previamente delimitada enquanto valor da força de trabalho, o capital variável é a única fonte de criação de valor novo (Marx, 2013, p. 689).

⁴ Atente-se, “[...] não como falta, mas como completa exclusão da riqueza social.” (Marx, 2011, p. 229-230).

Trata-se aqui, portanto, de uma inclusão excludente, na qual o capital domina os elementos necessários à objetivação do trabalho e inclui os portadores de trabalho em potencial, mas somente para se apropriar de uma porção das novas *mercadorias*⁵ produzidas – forma social necessária para se completar a apropriação do mais-valor. A referida contradição social, portanto, ocorre no cerne privado, a partir de uma divisão que se estabelece dentro da jornada de trabalho (Imagem 1), entre: i) o *trabalho necessário*, que é a quantidade de tempo que o trabalhador leva para produzir uma riqueza, em potencial, capaz de pagar a seu próprio salário; ii) o *mais-trabalho*, o tempo produtivo que ultrapassa a duração do trabalho necessário e que resultando num excedente (mais-valor), representado sob a forma de mercadorias, a ser acumulado pelo capitalista (Marx, 2013, p. 389-93).

Imagem 1 - Divisão capitalista da jornada de trabalho



Fonte: Marx (2013); elaboração própria.

A referida divisão da jornada de trabalho nos permite entender aquilo que é crucial para o modo capitalista de produção: a produção de mais-valor. No entanto, contradição dialética que fundamenta o capital só é completada quando, partindo da *produção* do capital e do mais-valor, compreende-se o momento da *circulação*. As mercadorias produzidas neste

⁵ Para não incorrer em simplificações, é necessário entender a *mercadoria* enquanto “[...] uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção.” (Marx, 2013, p. 113).

processo estão associadas tão somente à intenção dos capitalistas em vendê-las. Desta maneira, o mais-trabalho pode ultrapassar a situação de acumulação em potencial, retomando o início do processo em condições ampliadas, capaz de adquirir maiores volumes de força de trabalho e meios de produção.

A venda dessas mercadorias, porém, significa mais do que sua conversão em dinheiro, pois abrange a consolidação de uma prática social que encontra o valor das mercadorias através de sua equiparação no mercado. A negação feita pelo capital aos desprovidos de meios produtivos ganha novos contornos quando consideramos a da dimensão interna da mercadoria. Há uma dialética entre a capacidade da mercadoria de satisfazer necessidades humanas, seu *valor de uso*, e sua capacidade de ser trocada por um equivalente de valor na forma de outra mercadoria, seu *valor de troca*. Quando trocadas, os indivíduos reafirmam a capacidade social de abstrair das particularidades do trabalho que produziu cada mercadoria, de seu caráter útil, reificando o trabalho agora enquanto algo homogêneo, uma substância livre de especificidades e medida somente pelo tempo de trabalho abstrato.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias (Marx, 2013, p. 116).

A constituição do *trabalho abstrato* enquanto mote das relações comerciais e substância do valor de troca das mercadorias é acompanhada do surgimento de uma mercadoria especial, cuja função é servir de representação do valor de troca de todas as mercadorias, realizando a função de *equivalente universal*⁶. Esta é a primeira função que inaugura e define a mercadoria dinheiro e seu caráter especial está vinculado ao fato desta abdicar de qualquer outro valor de uso que não o de servir de medida geral do valor (Marx, 2013, p. 144). Esse estágio embrionário da forma dinheiro é o suficiente para que as relações de troca se automatizem e a contradição

Na época de Marx, a mercadoria mais utilizada enquanto equivalente universal era o ouro, vejamos: “O progresso consiste apenas em que agora, por meio do hábito social, a forma da permutabilidade direta e geral ou a forma de equivalente universal amalgamou-se definitivamente à forma natural específica da mercadoria ouro. [...] Igual a todas as outras mercadorias, ele também funcionou como equivalente, seja como equivalente individual em atos isolados de troca, seja como equivalente particular ao lado de outros equivalentes-mercadorias [*Warenäquivalenten*]. Com o tempo, ele passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais amplos, como equivalente universal” (Marx, 2013, p. 145).

fundante do capitalista se repita incessantemente em sua expansão socioespacial. Deste modo, todo processo de trabalho concreto passa a ser conversível em tempo de trabalho igual (Marx, 2013, p. 116-7), ou melhor, em certa quantidade de trabalho abstrato e equivalente em dinheiro, sem esquecer que para isso lhe é negado parte do valor produzido.

A circulação das mercadorias e as funções do dinheiro são naturalizados para que o capital possa se completar enquanto movimento cíclico de acumulação de mais-valor. Ainda que o aparecimento da contradição se dê no momento da produção, ela só volta a acontecer e se expande caso seja realizado certo volume de mercadorias, equivalente ao valor necessário para se alcançar a margem do mais-trabalho. Este processo, por sua vez, ocorre no momento da *circulação do capital*, que corresponde à uma série de transmutações, de caráter cíclico, entre formas sociais assumidas pelo capital.

Os sujeitos que figuram enquanto capitalista adianta uma quantia de dinheiro (D) para a aquisição de mercadorias (M), que se trata de dada proporção entre meios de produção e força de trabalho (trabalho subordinado); em seguida as consome dentro de seu processo produtivo (P), interrompendo assim a circulação; com as mercadorias resultante do processo produtivo, que comportam um valor em potencial superior aos da mercadoria anteriormente adquiridas (M') e são postas no mercador para que se obtenha dinheiro (D') em maior grandeza (Marx, 2014). A reprodução da contradição fundante, portanto, depende da interrupção desta circulação do capital, expresso num movimento geral de subsequentes metamorfoses: $D - M \dots P \dots M' - D'$ ⁷.

A negação do capital aos sujeitos que desempenha o processo de trabalho se expressa, ademais, no momento da circulação, na contradição interna da mercadoria, entre valor de uso e valor de troca, na medida que o valor do trabalho necessário – ou valor da força de trabalho – aparece como limitação do consumo destes sujeitos na esfera do mercado. Assim, a negação do acesso ao conjunto da riqueza social não ocorre somente pela repartição na jornada de trabalho, mas também na forma como ela se apresenta no mercado, uma vez que o pagamento dos que trabalham se torna a única maneira concebível de satisfazer suas necessidades. O vendedor de trabalho se encontra cerceado pela disparidade entre seu salário e o valor de troca das demais mercadorias, reafirmando-se a privação da riqueza social.

⁷ Se desconsiderarmos a reposição dos elementos do capital constante, relativo ao valor dos meios de produção, veremos que o (') corresponde ao equivalente de valor do mais-trabalho (M') e, na metamorfose seguinte, ao mais-valor realmente apropriado, na forma dinheiro (D').

Esgotado o salário recebido por sua jornada de trabalho, o portador da força de trabalho se vê diante da necessidade de vendê-la novamente, ainda mais quando esta é a prática social já naturalizada e condição social de sobrevivência sob o capitalismo. Enquanto não houverem outros meios do sujeito se reproduzir sem a necessária obtenção de uma remuneração por salário, ela retorna ao ponto inicial da venda de sua força de trabalho na mesma condição do processo anterior: tendo apenas seu tempo e seu corpo para negociar. Diferente das abstrações desenvolvidas por Marx no Livro I de *O capital*, para analisar os pressupostos da reprodução social das relações capitalista de produção (Marx, 2013, p. 641-53; 2014, p. 505-11), a *reprodução simples* aparece, no cerne particular da reprodução classe dos despossuídos, enquanto realidade concreta:

[...] o que inicialmente era apenas ponto de partida é produzido sempre de novo por meio da mera continuidade do processo, da reprodução simples, perpetuando-se como resultado próprio da produção capitalista. Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de valorização e de fruição para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si (Marx, 2013, p. 645).

O capital, por sua vez, incorre em *reprodução simples* quando não há ampliação da escala de seu processo produtivo, ou seja, quando o mais-valor é consumido integralmente em renda do capitalista e na reposição dos elementos da produção na mesma escala do processo anterior. Ainda que seja, não modifica o fato do capitalista ser capaz de se reproduzir tão somente pela apropriação feita sobre os trabalhadores assalariados subsumidos ao seu capital. No entanto, seja pela expansão incessante da valorização, próprio da concentração de capital, seja pelo movimento de competição entre os capitais individuais entorno da apropriação do mais-valor⁸, é a *reprodução ampliada*⁹ que caracteriza o movimento do capital e de perpetuação de sua respectiva totalidade social.

O referido movimento de reprodução das relações sociais consiste, portanto, numa diferenciação originada a partir da passagem do quantitativo ao qualitativo, que é o primeiro

⁸ A discussão mais completa sobre esta questão se encontra na Seção II do Livro III de *O capital* (Marx, 2017, p. 177-246).

⁹ A reprodução ampliada é própria do processo de transformação da riqueza social em capital. “A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital.” (Marx, 2013, p. 695)

conteúdo da dialética que determina a classe social de seus participantes. De um lado, tem-se o fundo de consumo da classe que vende sua força de trabalho, expressa em certa quantia de dinheiro que figura como salário. Caso um indivíduo oriundo desta última classe passa a receber rendimentos proveniente da apropriação de mais-valor, é necessário observar se estamos tratando de uma quantia suficiente para que ele se reproduza sem mais dispor do próprio tempo de trabalho. Uma vez que a *quantidade* de mais-valor é suficiente para que o indivíduo deixe de ter sua própria força de trabalho como fonte necessária, uma outra *qualidade* de classe compõe integralmente sua máscara social, reproduzindo-o agora como capitalista.

Após um determinado período de tempo, o dinheiro inicialmente adiantado – que possibilitou a figuração de classe do novo capitalista – opera como capital e, por conseguinte, repõem-se inteiramente a partir do mais-valor obtido. Diante desta situação reprodutiva, “[...] quando o capitalista consumiu o equivalente de seu capital adiantado, o valor desse capital representa tão somente a soma total do mais-valor do qual ele se apropriou gratuitamente. Nem um átomo de valor de seu antigo capital continua a existir” (Marx, 2013, p. 645). A reprodução do capitalista existe enquanto par dialético da reprodução daqueles que são a fonte do trabalho, uma vez que a primeira se repõe a partir daquilo que nega à segunda. A primeira pode ter caráter ampliado, por ser confrontada com o imperativo externo da competição entre capitais¹⁰; a segunda é necessariamente simples, pois ela ciclicamente resulta na alienação que conduz à negação inicial, enquanto condição.

A contradição que funda essa sociedade encontra, portanto, mais um momento no movimento da reprodução social, que produz necessariamente a reprodução simples de um lado, para os despossuídos de meios de produção, e impele a reprodução ampliada do outro, aos possuidores de capital. Contudo, por mais que cada processo de produção em escala individual seja um momento necessário da reprodução social, esta última não se resume, em termos concretos, pela problemática da valorização do valor. Fazê-lo envolveria, por exemplo, o subaproveitamento do espaço enquanto categoria de análise e uma limitação para o presente modo de investigação. Avancemos, portanto, para o entendimento da contradição fundante do capitalismo agora enquanto *produção social do espaço*.

¹⁰ Levemos em consideração que “[...] o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conserva-los, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva” (Marx, 2013, p. 667).

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONTRADITÓRIO E O MÉTODO

Para se compreender a *produção do espaço* da sociedade do capital, faz-se necessário partir de uma hipótese adequada ao que se pretende investigar pela categoria de análise, uma vez que esta auxilia a apreensão do movimento de concretização e desenvolvimento da contradição fundante do capitalismo. A produção do espaço, portanto, precisa ir além da mera identificação, localização, tipificação e descrição de fenômenos; pois estamos diante de processos que se constituem a partir das relações sociais, e exige um caminho analítico que consiga tratar de determinações espaciais que emergem das respectivas práticas socioespaciais (Carlos, 2021, p. 39).

Ademais, é necessário superar noções que tratam o espaço tão somente pela aparência dos fenômenos. Este é um desafio de método que há muito se faz presente nas problematizações da Geografia enquanto disciplina parcelar e ciência moderna, sobretudo a partir da elucidação do espaço enquanto categoria particular de suas análises:

Se o espaço foi durante muito tempo pensado – na Geografia, ou através dela – como localização dos fenômenos, palco onde se desenrola a vida humana, é possível pensar uma outra determinação que encerre em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações sociais (práticas) que se realizam num espaço-tempo determinado, aquele da sua constante reprodução, ao longo da história. Essa perspectiva nos obriga a considerar o conteúdo da prática socioespacial em sua complexidade (Carlos, 2021, p. 38).

O tratamento dado ao espaço, durante a presente investigação, amadurece seus entendimentos por meio da hipótese de Henri Lefebvre (2016), estabelecida a partir da crítica de acepções frequentemente adotadas nas ciências modernas. De um lado, questiona-se a tese do espaço puro, estabelecido a partir das predefinições (um *a priori*) do conhecimento que articula o mental e o social na busca por significações aos atributos elegidos enquanto variável ou fenômeno estudado, preservada pela perspectiva kantiana e cartesiana (Lefebvre, 2016, p. 41-3). Do outro, o autor se contrapõe à tese do espaço constatável, inteligível pela simples experiência empírica (um *a posteriori*), dependente da descrição exaustiva e que acaba por correlacionar objetos e funções em sua tentativa de diferencia-las via criação de subconjuntos (Lefebvre, 2016, p. 43-4).

Lefebvre então traz sua hipótese, que orienta suas obras, o espaço não seria nem um ponto de partida, nem um ponto de chegada, “[...] mas um intermediário em todos os sentidos

desse termo, ou seja, um meio e um instrumento, um ambiente e uma mediação” (Lefebvre, 2016, p. 44). O espaço, portanto, seria a intermediação social entre os sujeitos que se confrontam, participam e são forjados por esta sociedade, sujeitos estes que personificam papéis sociais dentro do movimento de reprodução de certo modo (social) de se relacionar. “Nesta hipótese, a representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada” (Lefebvre, 2016, p. 44).

A contradição fundamental do capitalismo não é algo ou um objeto, mas um processo cuja condição está na perpetuação de relações sociais que, conseqüentemente, conferem movimento e sentido à esta sociedade, o da valorização do valor. Uma vez que os pressupostos que conformam os sujeitos desta sociedade estejam dados, a relação social ocorre no espaço-tempo: i) da relação troca entre o comprador de força de trabalho (capitalista) e o vendedor da força de trabalho (trabalhador), assegurada por normas e formas jurídicas que preservam o mercado enquanto esfera de suposta equivalência: defrontação entre proprietários em igual condições; ii) do consumo produtivo, dirigido pelo capitalista, em que o vendedor da força de trabalho concretiza seu tempo de trabalho através de uma jornada capaz de se pagar (trabalho necessário) e ainda gerar excedente (mais-trabalho) para o capital.

O momento da produção certamente não encerra o espaço-tempo da reprodução social, mas é um ponto no qual esta última precisa retornar para se reafirmar enquanto contradição¹¹, ainda que em patamares mais complexos e aparentemente afastados do processo original. O mesmo vale para o conjunto da circulação do capital, enquanto momento necessário da reprodução, em que o capital se metamorfoseia para realizar o mais-valor potencialmente obtido na produção e para obter as novas condições da próxima rodada produtiva. Estes momentos da reprodução social só ganham existência concreta na intermediação do espaço, ou melhor, no “movimento triádico, que entende o espaço pelo movimento ininterrupto que o define enquanto condição, meio e produto da reprodução social” (Carlos, 2021, p. 24).

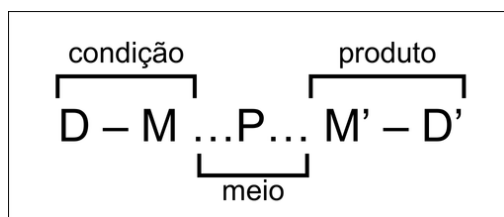
Por mais que a contradição fundamental do capitalismo reapareça na forma da mercadoria enquanto uma abstração¹², trata-se de uma forma social que existe concretamente, uma *abstração concreta* (Lefebvre, 2013, p. 374) e necessariamente imbricada na produção do

¹¹ Outra maneira de afirmar, porém pelo seu revés, que “[...] considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (Marx, 2013, p. 641).

¹² Uma vez que, para se realizar plenamente, precisa abstrair do caráter útil do processo de trabalho para homogeneizá-lo enquanto tempo de trabalho amorfo (abstrato), que é o fundamento do valor de troca.

espaço. Ao retomar as sucessivas formas pelas quais o capital precisa circular, pode-se reconhecê-lo agora dentro do movimento triádico da produção do espaço: i) enquanto *condição* ($D - M$), subsumido ao espaço-tempo do mercado; ii) enquanto *meio* ($M \dots P \dots$), como espaço-tempo da produção do mais-valor; iii) enquanto *produto* ($M' - D'$), o tempo-espaço da realização do mais-valor.

Imagem 2 - Momentos socioespaciais da circulação do capital



Fonte: Marx (2014); Carlos (2021); elaboração própria.

O espaço, enquanto realidade concreta, de maneira alguma pode ser resumido às práticas socioespaciais que reproduzem estas abstrações concretas, trata-se do inverso: a sociedade capitalista é que tenta constantemente transformar o real em uma lógica, por meio da produção do espaço. Neste entendimento, o concreto seria a síntese de múltiplas determinações que emergem das formas como o ser humano se relaciona e se apropria da natureza, produzindo a si mesmo, sua vida, e novas naturezas a partir de suas práticas socioespaciais (Carlos, 2021, p. 39-48). O espaço resulta, portanto, de processos e significações das mais variadas, abrigando a diferença enquanto principal possibilidade do humano. Contudo, para que o momento socioespacial da circulação do capital (Imagem 2) se realize, faz-se necessário o esvaziamento de qualquer sentido divergente da propriedade privada (enquanto fundamento), reconstituindo-o agora como *espaço abstrato*.

O espaço abstrato não é homogêneo. Simplesmente tem a homogeneidade como meta, como objetivo e orientação. Ele a impõe. Mas em si mesmo é um espaço plural. Os formantes geométricos e visuais se complementam ao mesmo tempo em que se opõem, conseguindo, por vias diferentes, o mesmo efeito: de um lado, a redução do 'real' no 'plano', no vazio, sem mais qualidades; do outro, no achatamento do espelho, da imagem e do puro espetáculo sob o olhar absoluto e glacial (Lefebvre, 2013, p. 323, tradução nossa).

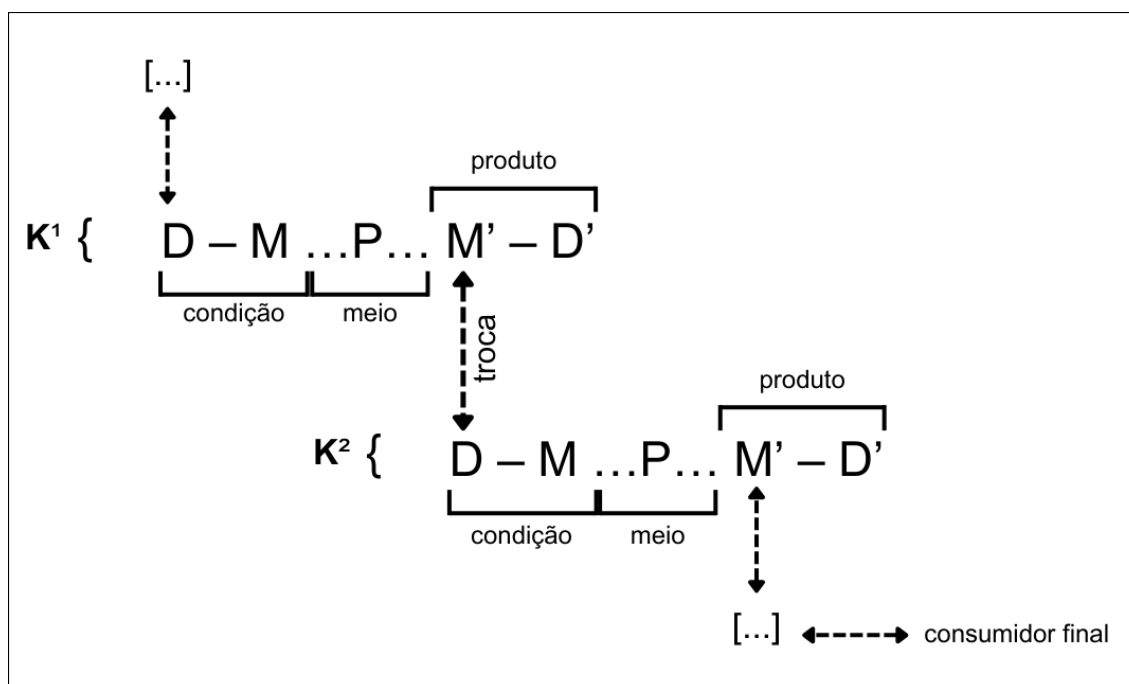
O espaço abstrato, assim como qualquer processo socioespacial, precisa se concretizar para assumir existencial real, mas o faz tendo a abstração como seu princípio, pois é por meio

desta última que se conserva a contradição fundante da sociedade do capital. Para isto, o capital aparece como algo fragmentado, em múltiplos capitais individuais, com suas respectivas *estratégias*¹³ de valorização e momentos de intermediações socioespaciais. Um dos elementos da concretização do capital passa pela definição de qual mercadoria o capitalista pretende produzir, uma vez que o valor de troca só se realiza tendo o valor de uso como suporte – pois é sua capacidade de satisfazer necessidades humanas que justifica sua compra para fins de consumo produtivo (outros capitalistas) ou individual.

Assumido que trabalho abstrato só existe pela subordinação do trabalho útil ao movimento do modo de produção capitalista, faz-se necessário comprar de meios de produção correspondentes ao caráter concreto da mercadoria, por parte do capital individual. A transformação do espaço em propriedade privada sua é condição para o referido processo produtivo, objetivo genuíno de processos de expropriação e apropriação, mas que se encontra previamente disponível na sociedade capitalista madura no interior do mercado. Portanto, o movimento triádico do espaço aparece agora como uma totalidade fracionada, composta por uma cadeia profusa de capitais individuais em simultâneas rotações e relações de troca (Imagem 3). A condição de um capital individual é produzida por outro, mas apenas se a mercadoria vendida por K^1 comportar um valor de uso necessário ao processo produtivo de K^2 .

¹³ Vejamos como Henri Lefebvre desenvolve o sentido de estratégia para compreender o capitalismo: “Cada estratégia espacial visa vários objetivos, assim como o espaço abstrato possui propriedades, sendo tanto manipulado quanto manipulador. O espaço estratégico permite simultaneamente repelir os grupos inquietantes para a periferia (entre outros, os trabalhadores); reduzir o espaço central com o intuito de aumentar o preço dos volumes disponíveis; organizar o centro como um local de decisão, riqueza, poder e informação; encontrar aliados para a classe hegemônica entre as camadas médias e entre as ‘elites’; planejar espacialmente a produção e os fluxos, etc.” (Lefebvre, 2013, p. 407, tradução nossa).

Imagem 3 - Momentos socioespaciais da circulação do capital decomposto em suas frações



Fonte: Marx (2014); Carlos (2021); elaboração própria.

A concretização da abstração capitalista vai além da definição do trabalho útil pertinente à mercadoria e seu respectivo valor de uso, pois envolve múltiplas determinações que se encadeiam e se manifestam diferencialmente no real concreto. Entretanto, este entendimento se encontra invertido, não há metafísica do capital, mas sim um processo que transforma o real concreto em abstração, que reúne as variadas estratégias capitalistas de uma totalidade social composta pela reprodução das relações sociais e pela repartição do mais-valor. A concretização da abstração é um recurso metodológico, adotado por Marx (2013, p. 83-91), para potencializar a exposição das descobertas de seu método dialético materialista¹⁴, no qual se parte das formas

¹⁴ “Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (Marx, 2013, p. 90). Maiores detalhes da presente leitura da relação entre *modo de investigação* e *modo de exposição* em Marx podem ser encontrados em: Alves, G. S. Notas sobre a incorporação do método de Marx na geografia:

de valor mais simples¹⁵ para então avançar sobre conteúdos e determinações mais complexas da sociedade do capital.

Por deste modo de exposição marxiano são abordados um conjunto de problemas que são expressão e desdobramento da contradição fundamental do capitalismo. Enquanto síntese de determinações, também são acrescidos os conteúdos que derivam do próprio *modo de representação capitalista* (*Darstellung*) acerca das práticas sociais (Grespan, 2019, p. 9-21), sobretudo a partir da cognição capitalista ao estabelecer suas estratégias. Aquilo que fundamenta as contradições e formas do valor é apreendido somente parcialmente pelos indivíduos, abrindo-se para inversões sobre a origem da riqueza social. Neste modo de representação, o dinheiro deixa de ser tratado como mercadoria cuja finalidade é expressar universalmente o valor das outras mercadorias e passa a figurar como designador do valor de tudo. E a fonte do lucro empresarial se encontra atribuído ao seu capital constante¹⁶ e à sua infalível administração de recursos:

Na utilização dos meios de produção, essa economia aparece num grau ainda muito mais elevado do que nas outras forças imanes ao trabalho, e esse método de atingir determinado resultado com um mínimo de gastos aparece como uma força inerente ao capital, um método peculiar ao modo de produção capitalista e que lhe é característico. Esse modo de representação não é nada extravagante, porquanto corresponde à aparência dos fatos e porque a relação do capital oculta seus nexos internos ao submeter o trabalhador à completa irrelevância, à exterioridade e ao estranhamento diante das condições de realização de seu próprio trabalho (Marx, 2017, p. 112-3).

O resultado é uma realidade social mistificada, que se torna concreta na medida em que orienta a reprodução das práticas sociais. A *taxa de lucro*, por exemplo, é a maneira como o mais-valor aparece para o capitalista, ainda que nela esteja contida determinações oriundas das

uma busca crítica por novos caminhos. Anais do XV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94649>>. Acesso em: 29/07/2024.

¹⁵ “Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência. Por isso, a compreensão do primeiro capítulo, em especial da parte que contém a análise da mercadoria, apresentará a dificuldade maior. No que se refere mais concretamente à análise da substância e da grandeza do valor, procurei popularizá-las o máximo possível. A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito *simples* e desprovida de conteúdo. Não obstante, o espírito humano tem procurado elucidá-la em vão há mais de 2 mil anos, ao mesmo tempo que obteve êxito ainda que aproximado, na análise de formas muito mais complexas e plenas de conteúdo. Por quê? Porque é mais fácil estudar o corpo desenvolvido do que a célula que o compõe” (Marx, 2013, p. 77-8, grifo nosso).

¹⁶ “O produto que o capitalista tem realmente em vista não é o produto palpável em si, mas o excedente de valor do produto, acima do valor do capital nele consumido. O capitalista adianta o capital total sem levar em consideração os diferentes papéis que seus componentes desempenham na produção do mais-valor. [...] Como o capitalista só pode explorar o trabalho mediante o adiantamento do capital constante e só pode valorizar o capital constante por meio do adiantamento do capital variável, essas duas partes do capital equivalem-se para ele na representação, e isso tanto mais quanto mais o grau efetivo de seu ganho for determinado não com relação ao capital variável, mas ao capital total, não pela taxa de mais-valor, mas pela taxa do lucro [...]” (Marx, 2017, p. 67-8).

variações de preço que partem do movimento de oferta e demanda que afetam os custos de produção. Mas é com a taxa de lucro em mente que são elaboradas as estratégias de cada capital individual. Assim, o processo de subjugação do concreto à abstração capitalistas passa também pelo caráter mistificador de suas relações sociais, provocando inversões práticas que mistificam até mesmo os fundamentos da riqueza social.

Na medida em que a produção do espaço passa a ser intermediada pelas abstrações mencionadas, a própria representação do espaço¹⁷ toma para si os conteúdos reproduzidos no cerne das relações de troca – articuladas ao espaço-tempo da circulação do capital. A totalidade social existe enquanto prática da contradição fundamental, mas é percebida de maneira particular por cada indivíduo que encarna uma função neste processo. Para que se ultrapasse as inversões do modo de representação capitalista, há de se investigar os processos socioespaciais que conquistaram a realidade concreta, encontrando os nexos entre a totalidade e as formas particulares que ela encontra para realizar seu movimento.

Para Henri Lefebvre, a contradição capitalista se expressa principalmente na

[...] capacidade de conceber e tratar o espaço em escala global (mundial) e sua fragmentação por meio de múltiplos procedimentos e métodos, também fragmentados. Em um nível mais amplo, situam-se as matemáticas, a lógica e a estratégia, que permitem a representação do espaço instrumental, de caráter homogêneo ou mais precisamente homogeneizador. Esse espaço fetichizado, promovido ao status de espaço mental pela epistemologia, implica e contém uma ideologia: a primazia da unidade abstrata. A fragmentação não é menos 'operativa'. Contribuem para isso os recortes administrativos, assim como os realizados pelas ciências e técnicas, e muito mais, e acima de tudo, a venda a varejo por lotes de espaço (Lefebvre, 2013, p. 387-8, tradução nossa).

O caráter homogeneizador do processo de fragmentação, como foi argumentado até aqui, está vinculado a subordinação da realidade concreta à unidade abstrata. Mais do que não ser menos operativa, a fragmentação é operativa, pois é condição necessária para que o capital individual estabeleça seu domínio produtivo, ou melhor, a propriedade privada que lhe permite negar o acesso ao mais-produto (expressão do mais-trabalho na forma de mercadoria) elaborado pelos trabalhadores contratados. O processo especificamente capitalista de fragmentação espacial, portanto, é uma relação dialética que afirma propriedade para uns e a privação do acesso à riqueza social para outros. Trata-se não apenas do parcelamento da propriedade da

¹⁷ O entendimento acerca das representações do espaço se encontra articulado ao das *práticas espaciais* e dos *espaços de representação* no pensamento de Lefebvre, mas por hora nos basta assumir as *representações do espaço* como um de seus momentos e que: “Se vinculam às relações de produção, à 'ordem' que impõem e, desse modo, ao conhecimento, sinais, códigos e relações 'frontais'” (Lefebvre, 2013, p. 92, tradução nossa).

terra, mas da separação entre produtores e meios de produção, mencionado anteriormente, mas agora em sua qualidade espacial.

A fragmentação do espaço se expressa sob novas formas conforme o próprio capitalismo se expande e se desenvolve, deixando de ser resultado da estratégia do capitalista individual para invadir amplos aspectos da sociabilidade existente. De um lado, há a especialização de determinados capitais em determinadas funções necessárias da circulação do capital – como o capital comercial e o capital bancário (Marx, 2017), impulsionando a fragmentação espacial como expressão do aprimoramento fracionado das estratégias capitalistas. Do outro, o espaço é transformado em mercadoria e limita o acesso daqueles que não possuem capital, condenando-os à uma reprodução condicionada pela fragmentação do espaço, pulverizado em valores de troca a serem intermediados com a forma salário.

O valor da força se encontra vinculado à múltiplas determinações, que envolve ou pode envolver: i) o caráter moral concebido à reprodução dos despossuídos; ii) a correlação de forças entre as classes sociais; iii) a repartição da oferta e demanda de força de trabalho entre os países. Enquanto forma salário, por se tratar de mera expressão em dinheiro, ainda carrega a complexidade de estar sujeita ao movimento de variação de preços das mercadorias recorrentemente consumidas. A possibilidade de reprodução dos despossuídos, portanto, encontra no salário uma possibilidade limitada e contraditória de acesso à riqueza. Se consideramos a reprodução do chamado exército industrial de reserva, expomos ainda mais a complexidade a ser superada pela estratégia de reprodução desta referida classe socioespacial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No polo positivo da relação, o capital aprimora a fragmentação do espaço para além de sua realização como condição do processo de produção de mais-valor, transformando-a agora em produto. A mercadoria espaço, produzida em correlação com a fragmentação do espaço, encarna uma nova qualidade, cujo valor de uso se encontra atrelado às necessidades oriundas da reprodução social. Como vimos anteriormente, a produção e a circulação do capital são momentos necessários da reprodução social, é o espaço-tempo da retomada da contradição fundamental – primeiro pela cisão entre trabalho necessário e mais-trabalho, depois pela limitação da forma salário diante do valor de trocas das mercadorias postas no mercado. Contudo, faz parte da reprodução social também toda dimensão da vida concreta que extrapola estritamente o cerne da abstração capitalista.

Pode-se salientar outros conteúdos da reprodução social que, apesar de necessariamente integradas ao processo de produção e circulação do capital, resultam de processos socioespaciais que se voltam especificamente para a reprodução. O Estado, ainda que possa aparecer também como agente econômico, é uma forma social que se volta especificamente para a reprodução destas relações sociais, compartimentando-se como forma de aprimorar suas maneiras de solucionar o espaço contraditório através da redistribuição. A nova qualidade do espaço – tornado mercadoria que satisfaz a dimensão concreta da reprodução social – ganha expressividade na intensificação o processo de fragmentação: revelando o urbano como sua expressão.

As metrópoles, portanto, por mais que tenham um precedente espacial anterior ao capitalismo, produzidas de acordo com a forma social adotada durante a colonização – como no caso da metrópole carioca –, foram transformadas na expressão mais brutal e concentradora do espaço contraditório. Na metrópole, o cotidiano tem o potencial de revelar o espaço-tempo das relações sociais, apoiando no nexo entre fragmentação espacial e a reprodução dos dois polos da relação dialética: i) a reprodução necessariamente simples dos despossuídos de capital; ii) a reprodução tendencialmente ampliada dos possuidores de capital. De um lado, tem-se as estratégias capitalistas, integrante dos momentos socioespaciais da circulação do capital (imagem 2); do outro, há a estratégia dos que foram privados da riqueza social e realizam sua reprodução apesar das limitações impostas pela forma salário.

Os processos socioespaciais que convertem as metrópoles em expressão dos novos conteúdos urbanos da abstração capitalista, por sua vez, podem ser apreendidos na investigação progressivo-regressiva ao tomar a transição capitalista na metrópole como parâmetro do método dialético-materialista – em sua busca por desvelar os novos conteúdos espaciais da abstração capitalista expressas no urbano. Sem perder de vista a totalidade social que resulta do modo contraditório de produção da riqueza social pela valorização do valor, este modo de investigação nos permite averiguar tanto os fundamentos das práticas socioespacial capitalista quanto os contornos concretos das estratégias que se reproduzem na metrópole.

5. REFERÊNCIAS

Carlos, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2021.

Grespan, J. (2002). A dialética do avesso. Revista Crítica Marxista. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 14, 2002, p. 26-47.

_____. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

Lefebvre, H. **La producción del espacio**. Madri: Capitán Swing, 2013.

_____. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

Martins, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: Martins, J. S. (org). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.

Marx, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 - 1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

